

PODER DE AGÊNCIA DO PROFESSOR: ANÁLISE DAS POLÍTICAS E PROGRAMAS DO MUNICÍPIO DE CARUARU-PE

NAYANNE NAYARA TORRES DA SILVA

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e Université de Lyon/França, Professora da Universidade de Pernambuco - Campus Petrolina – UPE, email: nayannetorres@yahoo.com.br

MARIA JULIA CARVALHO DE MELO

Bolsista Capes PNPd, pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea da Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste - UFPE-CAA; Doutora em Educação - UFPE, mariaj@prof.fafire.br;

TAMIRES BARROS VELOSO

Mestre em Educação Contemporânea pela Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste – UFPE-CAA, tamiresbarros32@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente texto tem como principal objetivo analisar nas políticas e programas do município de Caruaru as possibilidades e desafios na constituição do poder de agência do professor. Para atender a esse objetivo, partimos da compreensão de que o currículo também é resultado das contruções diárias feitas pelos professores no exercício de sua docência (SANTOS; LEITE, 2020). Desse modo, para além das determinações de políticas curriculares nacionais e locais, os professores são incorporados no jogo de decisão curricular, superando a ideia de que seriam apenas executores de um currículo produzido por outros (MELO; ALMEIDA; VELOSO, 2020).

Inscritos nessa compreensão, recorreremos ao conceito de poder de agência do professor, uma vez que ele nos permite considerar a capacidade desse profissional de se instituir enquanto decisor curricular. Assim, o poder de agência se relaciona à ação reflexiva dos professores “em contextos de prática, (que) limitados pelos enquadramentos impostos pelos ambientes sociais e materiais” (SANTOS; LEITE, 2020, p. 6) conseguem produzir práticas que articulam as condições estruturais e contextuais, as condições disponíveis da própria escola em que atuam, e suas experiências profissionais passadas (MELO; ALMEIDA; VELOSO, 2020; PRIESTLEY; BIESTA; ROBINSON, 2015).

Frente a isso, analisamos os discursos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) articulados aos discursos dos programas do município de Caruaru, representados pelo Instituto de Qualidade Ensino (IQE) e Simplifica.

2. METODOLOGIA

Nosso estudo se vinculou à Teoria do Discurso (LACLAU, 2011) que considera a impossibilidade de fechamento último dos sentidos e de correlação estrita entre significante e significado, trilhando um caminho que admitiu a existência da imprecisão e da ambiguidade. Assim, os programas e as políticas foram percebidos dentro das relações materiais que os constituíram, ou seja, buscamos considerar no estudo o “conjunto da vida humana social significativa, incluindo a materialidade das instituições, práticas e produções econômicas, políticas e linguísticas” (LOPES, 2006, p. 38).

Para análise dos dados, foram considerados as políticas e programas assumidos pelo município de Caruaru entre os anos de 2020 e 2021, sendo eles a BNCC enquanto política nacional, e os programas IQE e Simplifica, ambos programas comprados do setor privado pelo município. Importa ressaltar ainda, que os documentos analisados foram inseridos na materialidade do cenário da pandemia do covid-19, bem como na materialidade das ações articulatórias que vem sendo construídas entre a gestão pública da educação na cidade de Caruaru e os programas do setor privado.

3. RESULTADOS OU CONCLUSÕES

É possível perceber em outras investigações (MELO, 2019; MORAIS, 2013) que o currículo das escolas e as práticas curriculares dos professores estão cada vez mais sofrendo as regulações impostas por novos arranjos políticos, materializados nas relações estabelecidas entre os setores público e privado. De acordo com essas pesquisas, em Pernambuco essas relações podem ser vistas a partir do modelo de escolas do ensino médio de tempo integral implementadas desde 2004, e em Caruaru nos últimos anos.

Vemos ser recorrente a compra de programas pelo sistema público de educação pernambucano, seja programas de formação de professores, metodologias de ensino ou programas de avaliação externa, que vem negociando suas demandas (LACLAU, 2011) com as demandas da gestão pública da educação.

Assim, no cenário de Pandemia, identificamos em Caruaru o programa Simplifica, que se relacionava e agia potencializando demandas por homogeneização e centralização curricular da BNCC, além da intenção de exercer controle sobre o currículo praticado pelas escolas. Essas propostas apresentavam o discurso de “simplificar” o trabalho do professor numa tentativa de anular a necessidade de sua atuação nos processos de ensino-aprendizagem on-line, reduzindo sua prática ao envio de materiais pedagógicos construídos por outros profissionais.

No que se refere ao IQE, sua parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Caruaru não emerge no cenário de pandemia. Esse instituto vem atuando em Caruaru desde 2017, na promoção de formações e incorporação de materiais pedagógicos nas escolas, buscando centralizar nas práticas curriculares dos professores mecanismos de conformação com as avaliações externas.

Entretanto, em 2020, houve descontinuidade das ações do IQE nas escolas municipais, sendo substituídas inicialmente pelos programas de ensino do Simplifica. Posteriormente, o município reincorporou os materiais organizados pelo IQE, “adaptando-os” e “contextualizado-os” ao cenário pandêmico e ao desenvolvimento das atividades escolares em casa. Essas “adaptações” se estabeleceram mais na junção de materiais, e menos na construção de novas propostas.

Nessa direção, ressaltamos que esses programas apresentam uma linguagem comum à BNCC, e evidenciam que ela funciona enquanto um grande “guarda-chuva”, que abarca o discurso político dos programas adotados por Caruaru.

Assim, a relação entre a gestão pública e os programas do setor privado, apresenta marcas discursivas de padronização dos currículos praticados pelas escolas. É uma tentativa de anular a experiência de criação curricular dos alunos e dos professores como profissionais capazes de decidir o que, como ensinar, e de que modo praticar sua avaliação.

No entanto, essa promessa de anular a possibilidade de criação curricular e eliminar o poder de agência dos professores nunca será cumprida na totalidade pelas políticas, uma vez que há sempre algo que escapa à normatização, ou seja, os sentidos escapam à regulação e podem fazer parte do processo de constituição do poder de agência dos professores.

Palavras-chave: Políticas Curriculares; Programas; Poder de Agência.

REFERÊNCIAS

LACLAU, E. **Emancipação e Diferença**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

LOPES, A. C. Discursos nas políticas de currículo. **Currículo sem Fronteiras**, v.6, n.2, pp.33-52, Jul/Dez, 2006.

MELO, Maria Julia C. de. **Ações articulatórias nos movimentos de recriação das práticas curriculares coletivas dos professores do ensino fundamental**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, 2019.

MELO, M. J. C.; ALMEIDA, L. A. A. De; VELOSO, T. B. Professores decisores curriculares: possibilidades da formação inicial. In: **Anais XXV EPEN**. Salvador, 2020.

MORAIS, E. V. de. **Utilizações das escolas de referência em ensino médio pelo governo do estado de Pernambuco:** Uma análise do Programa de Educação Integral. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação Contemporânea) – Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, UFPE-CAA, Caruaru, 2013.

PRIESTLEY, M.; BIESTA, G.; ROBINSON, S. Teacher agency: What is it and why does it matter?. In: KNEYBER, R.; EVERS, J. (Eds.). **Flip the system:** Changing education from the bottom up London: Routledge, p. 134-148, 2015.

SANTOS, A.; LEITE, C. Professor agente de decisão curricular: uma scriptura em Portugal. **magis, Revista Internacional de Investigación en Educación**, v. 13, p. 1-21, 2020.